

IV PROJETER 2009
PROJETO COMO INVESTIGAÇÃO: ENSINO, PESQUISA E PRÁTICA
FAU-UPM SÃO PAULO BRASIL
Outubro 2009

EIXO: SITUAÇÃO

Visão de Mundo, Tipologia e Arquitetura Penal

Lídia Quieto Viana
Arquiteta, Mestre, professora assistente UGF e substituta DARF/FAU/UFRJ
Rua Manuel Vitorino, 369 – Piedade – CEP 20740-280, RJ
lidiaquieto@yahoo.com.br

Paulo Afonso Rheingantz
Doutor, Prof. Adjunto PROARQ/FAU-UFRJ
Av. Brigadeiro Trompowsky, s/n – sala 433 CEP 21949-900 Ilha do Fundão - Rio de Janeiro
par@ufrj.br

Alice Barros de Horizonte Brasileiro
Doutor, Prof. Adjunto DTC/FAU-UFRJ
Av. Brigadeiro Trompowsky, s/n – sala 422 CEP 21949-900 Ilha do Fundão - Rio de Janeiro
alicebrasileiro@ufrj.br

Resumo:

Este artigo aborda, a partir da história crítica e do conceito de Arqueologia (2008) e Genealogia (1979) do Saber de Foucault, a relação entre os projetos de edificações penais, a arquitetura de outros programas e as respectivas epistemes. A arquitetura penal é vista aqui como elemento pertencente a uma rede cultural, social e política complexa em constante transformação o que justifica a abordagem adotada. Os objetos têm fronteiras pouco definidas, o objeto de análise – seja a arquitetura ou um período histórico – não é autônomo ou independente, se configura a partir de relações com diversos campos do saber, deve ser abordado em sua complexidade. Desse modo, a arqueologia se apresenta como um estudo transdisciplinar das condições de possibilidade do surgimento dos tipos penais. Tem como foco, portanto, mais as relações que se estabelecem em torno do objeto – sua rede – do que o objeto em si. A partir do entendimento das condições que possibilitaram o estabelecimento do tipo, a abordagem genealógica se fixa na ocorrência de modelos e tipologias penais, identificando as transformações no modelo e tipo original derivados da aplicação prática. Com base na pesquisa realizada em livros, artigos e dissertações, este artigo apresenta a evolução da visão de mundo e vinculada ao pensamento penal e à linguagem arquitetônica que criaram condições de existência para o surgimento dos modelos e tipologias penais, permitindo a identificação dos principais conceitos dos projetos penais e sua relação com fatos históricos nos períodos estudados. O estudo da ocorrência e aplicação dos modelos permitiu a identificação de problemas e dificuldades encontradas nos modelos e tipologias aplicados que trouxeram a sua variação, transformando modelos ideais em tipologias penais.

Palavras chave: Arquitetura penal, Conceito, Rede

Eixo: Situação

Abstract:

This article approaches, from critical history and of the concept of Archaeology (2008) and Genealogy (1979) of Knowledge of Foucault, the relation between the projects of penal edifications, the architecture of other programs and the respective epistemes. The penal architecture is seen here as concerning element to a complex cultural, social and politic net in constant transformation what it justifies the adopted boarding. The objects have borders little defined, the analysis object - either the architecture or a historical period - are not autonomous or independent, it configures from relations with diverse fields of knowing, must be boarded in its complexity. In this manner, archaeology presents itself as a transdisciplinary study of the conditions of possibility of the appearance of the criminal types. It has as focus, therefore, more the relations that are established around the object - its net - than the object itself. From the agreement of the conditions that make possible the establishment of the type, the genealogical boarding is fixed in the occurrence of models and criminal typologies, identifying the transformations in the model and original type derived from the practical application. On the basis of the research carried through in books, articles and dissertations, this article presents the evolution of the vision of world tied with the criminal thought and the language architectural that created conditions of existence for the appearance of the penal models and typologies, allowing to the identification of the main concepts of the criminal projects and its relation with historical facts in the studied periods. The study of the occurrence and application of the models allowed to the identification of problems and difficulties found in the models and applied typologies that had brought its variation, transforming ideal models into criminal typologies.

Keywords: penal architecture, Concept, Net

Axis: Situation

Resumen:

Este artículo se acerca, de historia crítica y del concepto de la arqueología (2008) y de Genealogía (1979) del conocimiento de Foucault, la relación entre los proyectos de edificaciones penales, la arquitectura de otros programas y los epistemes respectivos. La arquitectura penal se considera aquí como referente al elemento a una red cultural, social y experiencial compleja en la transformación constante que justifica el abordaje adoptado. Los objetos tienen fronteras poco definidos, el objeto del análisis - la arquitectura o un período histórico - no son autónomos o independiente, se configura de relaciones con los campos diversos de saber, debe ser subida en su complejidad. De este modo, la arqueología se presenta como estudio transdisciplinar de las condiciones de la posibilidad del surgimiento de los tipos penales. Tiene como foco, por lo tanto, más las relaciones que se establecen alrededor del objeto - su red - que el objeto sí mismo. Del acuerdo de las condiciones que hacen posible el establecimiento del tipo, el abordaje genealógico se fija en la ocurrencia de modelos y de tipologías penales, identificando las transformaciones en el tipo modelo y original derivado del uso práctico. En base de la investigación ejecutó en libros, artículos y disertaciones, los presentes de este artículo que la evolución de la visión del mundo ató con el pensamiento penal y la lengua arquitectónicas que crearon condiciones de la existencia para el aspecto de los modelos y de las tipologías penales, permitiendo a la identificación de los conceptos principales de los proyectos criminales y a su relación con hechos históricos en los períodos estudiados. El estudio de la ocurrencia y del uso de los modelos permitió a la identificación de los problemas y de las dificultades encontradas en los modelos y a las tipologías aplicadas que habían traído su variación, transformando modelos ideales en tipologías criminales.

Palabras-llave: Arquitectura penal, Concepto, Red

Eje: Situación

Apresentação

... se desejamos saber por que certas coisas são como são em nossa desalentadora arquitetura, devemos dirigir nossa atenção ao povo; pois nossos edifícios, todos, são apenas uma enorme tela detrás da qual se oculta o conjunto de nosso povo – ainda que especificamente os edifícios sejam imagens individuais daqueles a quem, como classe, o povo tenha delegado e confiado seu poder construtivo. Portanto, e de acordo com isto, o estudo crítico da arquitetura chega a ser não só o estudo direto de uma arte – pois ela é uma fase menor de um grande fenômeno – mas também, in extenso, um estudo das condições sociais que a originaram. (SULLIVAN, 1934 apud PATETTA, 1997: 75).

Este trabalho apresenta a relação entre a visão de mundo, a filosofia penal e a conformação de seu espaço físico. Considerando que a percepção que temos do mundo se constrói na nossa interação, pretende-se identificar as transformações sociais, culturais e arquitetônicas que possibilitaram a transformação dos espaços penais, identificando de que forma a configuração do espaço penal materializa essas transformações. Seguindo a linha de raciocínio de Bauman (2007: 12) de que “Nada pode verdadeiramente ser, ou permanecer por muito tempo, indiferente a qualquer outra coisa: intocado e intocável.”, aceitamos que conhecimentos e saberes não se fecham no limite dos seus campos, mas se encontram abertos a novas conexões a outros saberes. Interferem-se, se entrecruzam, se alterando mutuamente, de forma que cada novo conhecimento – ou sua modificação – faz repensar os demais. Não necessariamente os invalida, mas os modifica, re-interpreta.

Não há porto seguro ou pensamentos definitivos, mas uma contínua transformação que evidencia a necessidade de estudar a arquitetura penal a partir de suas relações com os fatos e fatores que a influenciam e a sua forma de responder a essas transformações temporais e culturais. Desse modo, a pesquisa parte do pressuposto de que a ciência é uma explicação sobre as coisas do mundo, sujeita às interferências do contexto local, cultural e temporal; desse modo, se fixa em abordagens derivadas do pensamento contemporâneo, mais especificamente da História Crítica, fundamentada pelos conceitos de arqueologia e genealogia do saber, assim como do conceito de tipologia arquitetônica. O texto ainda apresenta o tema a partir de abordagens que se contrapõem à visão mecanicista do mundo, adotando: a transdisciplinaridade e a contextualização.

As regras sociais existem desde os mais remotos tempos, em qualquer grupo social, por mais simples que se apresente; são códigos culturais balizados por valores morais que se estabelecem a partir da convivência dos indivíduos em defesa dos direitos e da segurança coletiva determinando as condutas aceitáveis ou não. Para se fazerem valer, estabelecem punições para as condutas ilícitas que variam cultural e temporalmente. A prisão se apresenta como espaço de punição desde a antiguidade até os dias atuais, e seu caráter vem se modificando a partir de situações históricas, sociais e culturais. Essas transformações vêm alterando e ressignificando os conceitos e princípios que direcionam o projeto de seus espaços ao longo do tempo. A história da prisão caminha junto à história das sociedades e da vida urbana. São os padrões sociais e o conviver que definem o caráter de suas regras. Se, no passado, as regras eram discutidas por pequenos grupos, o crescimento das cidades e a complexidade crescente das sociedades trouxeram a necessidade de sua organização, sendo a prisão o instrumento de correção, ainda hoje aplicado.

Buscando a compreensão do percurso pelo qual o espaço penal vem passando através de suas transformações e o seu próprio papel dentro de diversos contextos, este artigo foi organizado em três partes, onde se pretende abordar: (1) A história como crítica – os fundamentos e conceitos que embasam o trabalho; os precedentes do espaço penal adotado como ambiente de restrição de liberdade e as transformações que permitiram o seu estabelecimento; (2) Visão de Mundo, Tipologia e Arquitetura Penal – a evolução do espaço penal ao longo do tempo a partir do entrelaçamento das análises de projetos, as tipologias arquitetônicas utilizados em diversos programas e fatos históricos.

1. A História como Crítica

Toda história é inevitavelmente condicionada por um modo de abordá-la; não se pode escrever uma história absoluta, assim como não se pode realizar uma arquitetura absoluta – mesmo num breve período de tempo, a imagem caleidoscópica altera seu desenho (FRAMPTON, 2003: VII).

O historicismo crítico se configura como uma abordagem da história fundamentada nas linhas de pensamento pós-modernas, se contrapondo às metanarrativas da modernidade. Segundo Colquhoun (2004:23) “A idéia de que os valores mudam e se desenvolvem com o tempo histórico está hoje tão arraigada no senso comum que é até difícil imaginar um ponto de vista diferente”, assim afirma que a crítica pós-moderna colocou duas posturas para a história: (1) a história não é absolutamente

determinada; (2) a aceitação da tradição¹ é, de certa forma, a condição do significado arquitetônico (COLQUHOUN, 2004: 33).

Segundo Montaner (2004: 23) “A história há de ser sempre contemporânea, não podendo se separar de sua identidade com a crítica, a interpretação e o juízo de valores estéticos”.² Ainda segundo o autor (2004: 11) a crítica “Constitui uma atividade com o mais amplo sentido cultural. Sua missão é a de interpretar e contextualizar, e pode entender-se como uma hermenêutica que desvela origens, relações, significados e essências”.³ A abordagem crítica busca desmistificar o objeto de análise, ir fundo em suas raízes, descobrir que métodos, teorias, pensamentos o conformaram tal como é, de modo a desvendar o que se encontra implícito no objeto. O objeto de análise – seja a arquitetura ou um período histórico – não é autônomo ou independente, se configura a partir de relações com diversos campos do saber, não pode ser reduzido, deve ser abordado em sua complexidade.

... todo objeto arquitetônico deve ser valorizado nas direções e esperanças dos projetos coletivos, dentro de um sentido ético e linhas de força da história. (...) A crítica, portanto, deve desconfiar dos argumentos de poder, deve mostrar os mecanismos de gestão e deve recordar que os pactos entre os setores dominantes tem imposto uma realidade inapelável que tem convertido muitas possibilidades em heterodoxias ou utopias não realizadas⁴ (MONTANER, 2004: 20).

Seguindo a linha de pensamento da história crítica Foucault desenvolve dois conceitos complementares adotados no seguinte trabalho: *Arqueologia e Genealogia do Saber* a seguir explicitados.

1.1. Arqueologia do Saber

... o que se quer trazer à luz é o campo epistemológico, a episteme onde os conhecimentos, encarados fora de qualquer critério referente a seu valor racional ou a suas formas objetivas, enraizam sua positividade e manifestam assim uma história que não é a de sua perfeição crescente, mas, antes, a de suas condições de possibilidade; neste relato, o que deve aparecer são, no espaço do saber, as configurações que deram lugar às formas diversas do conhecimento empírico. Mais que de uma história no sentido tradicional da palavra, trata-se de uma "arqueologia" (FOUCAULT, 1999: XVIII).

A arqueologia pretende estudar a ordem e as regras inconscientes que dão significado às coisas dentro de um momento histórico. São leis inerentes a certas realidades que direcionam a forma de agir e perceber o mundo definindo os códigos sócio-culturais. Participam da configuração da rede leis governamentais, a arte, a linguagem, a técnica, valores, hierarquias, assim como teorias científicas e filosóficas. Desse modo, se configura como uma abordagem *transdisciplinar* que busca a partir do cruzamento de informações de natureza diversa dar luz a uma visão de mundo local e temporal, suas regras são singulares e só podem ter valor dentro da realidade estudada. Busca estabelecer as relações que conformam a continuidade dos fatos, como um processo complexo que se dá a partir de alterações em pontos do sistema; não como uma transformação geral a partir de um elemento único modificando a um só tempo todos os elementos e suas relações.

A idéia de um corte que divide de uma só vez, e em um momento dado, todas as formações discursivas, interrompendo-as com um único movimento e reconstituindo-as segundo as mesmas regras, não poderia ser mantida. A contemporaneidade de várias transformações não significa sua exata coincidência cronológica... (FOUCAULT, 2008: 196).

A história arqueológica fundamenta-se no estudo das relações entre fatos diversos, a partir do conceito de *Episteme*, que diz respeito às formas que nos permitem o acesso ao conhecimento num dado momento histórico. A configuração do conhecimento de uma *Episteme* é baseada em

¹ C.f. Colquhoun (2004:36) a tradição: “disciplina autônoma – uma disciplina que incorpora em si mesma um conjunto de normas estéticas que são o resultado de uma acumulação histórica e cultural que tira daí seu significado”.

²Tradução livre dos autores (La historia há de ser siempre contemporánea, no pudiendo se separar de su identidad con la crítica, la interpretación y el juicio de valores estéticos).

³ Tradução livre dos autores (Constituye una actividad con el más amplio sentido cultural. Su misión es la de interpretar y contextualizar, y puede entenderse como una hermenéutica que desvela orígenes, relaciones, significados y esencias).

⁴ Tradução livre dos autores (... todo objeto arquitectónico debe ser valorado en las direcciones y esperanzas de los proyectos colectivos, dentro de un sentido ético y de unas líneas de fuerza de la historia. (...) La crítica, por lo tanto, debe desconfiar de los argumentos del poder, debe mostrar los mecanismos de gestión y debe recordar que los pactos entre los sectores con decisión han impuesto una realidad inapelable que há convertido muchas posibilidades em heterodoxias o utopias no realizadas).

concepções tão fundamentais, que são imperceptíveis para os envolvidos – são códigos sócio-culturais que estão presentes em todas as nossas ações, intervenções e realizações: técnicas, práticas, valores, linguagem, são ordens empíricas (FOUCAULT, 1983: 10). A *episteme* se relaciona aos processos de uma prática histórica, e se configura no interior das práticas discursivas, “não é o que se pode saber em uma época, tendo em conta insuficiências técnicas, hábitos mentais, ou limites colocados pela tradição; é aquilo que na positividade das práticas discursivas, torna possível a existência das figuras epistemológicas e das ciências” (FOUCAULT, 2008: 215). É, de certa forma, a idéia de mundo presente nos homens de cada época, de modo inconsciente, que direciona suas ações.

Suspeitamos talvez, que a *episteme* seja algo como uma visão do mundo, uma fatia de história comum a todos os conhecimentos e que imporá a cada um as mesmas normas e os mesmos postulados, um estágio geral da razão, uma certa estrutura de pensamento a que não saberiam escapar os homens de uma época – grande legislação escrita, definitivamente, por mão anônima. (...) A *episteme* não é uma forma de conhecimento ou um tipo de racionalidade que, atravessando as ciências mais diversas, manifestaria a unidade soberana de um sujeito, de um espírito ou de uma época; é o conjunto das relações que podem ser descobertas, para uma época dada, entre as ciências, quando estas são analisadas no nível das regularidades discursivas (FOUCAULT, 2008: 214).

A aplicação da abordagem da história arqueológica no presente trabalho é fundamental por permitir que se investigue as condições que possibilitaram o surgimento de certas tipologias e modelos penais a partir de uma correlação de fatos e transformações históricas. As análises de projeto, desse modo, se dão a partir de suas visões de mundo, conformando uma compreensão mais aproximada e profunda do tema estudado. Para complementar a análise arqueológica, será utilizado o conceito de Genealogia (FOUCAULT, 1979), que se fixa na relação entre os objetos de uma mesma *episteme* e suas características particulares, explicitado a seguir.

1.2. Genealogia do Saber

Enquanto a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade [é o] acoplamento do saber erudito e do saber das pessoas, só foi possível e só se pôde tentar realizá-la à condição de que fosse eliminada a tirania dos discursos englobantes com suas hierarquias e com os privilégios da vanguarda teórica. [...] o acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais (FOUCAULT: 1979: 97).

O conceito de Genealogia parte da existência da gênese – um conjunto de objetos associados por algum elemento ou característica comum – ou seja, se fundamenta na reincidência dialética de um tipo ao longo do tempo, que se dá através da sua interpretação e aplicação – releitura adaptada a outras particularidades – a um outro tempo, local ou finalidade. A Arqueologia pode identificar as condições de existência para o surgimento de novos elementos e, o estudo da ocorrência – a Genealogia –, identificar a mudança que cada particularidade trouxe.

Entendendo o processo com a lógica da rede, o elemento original seria aquele puro, mas seu estabelecimento forçosamente traria a sua transformação a partir da sua relação com os outros elementos: “diante de tal aparição, deixa de haver o distanciamento do juízo, creio que isso é da ordem do devir e da metamorfose. (...) que é também uma perda da origem, também do fim” (BAUDRILLARD: 2003:18, 49). A genealogia, portanto, pretende analisar os fatos em sua ocorrência – a partir de acontecimentos associados que os fizeram emergir e as relações que se estabeleceram, trazendo a interpretação do objeto original a partir do seu uso e sua “ressignificação”.

A emergência surge de situações específicas onde por algum motivo, fatos ou conhecimentos são abandonados em decorrência do aprofundamento e “ressignificação” de outros. São essas “ressignificações” que provam o estabelecimento de um conhecimento e o seu valor. “... então o devir da humanidade é uma série de interpretações. E a genealogia deve a sua história [...] como emergências de interpretações diferentes” (FOUCAULT: 1979: 17). A abordagem genealógica se associa fortemente à idéia de *tipo* apresentado a seguir e se mostrou importante para o desenvolvimento desse trabalho por analisar os objetos a partir de sua ocorrência, abordando-os na sua efetiva existência – permite assim que se considere a experiência e suas implicações nos modelos e tipos arquitetônicos penais.

1.3. Tipologia Arquitetônica

*A obra de arquitetura não pode ser considerada como um eixo único e isolado, singular e “irrepetível”, uma vez que sabemos o quanto está condicionada pelo mundo que lhe rodeia e por sua história. Sua vida se propaga e se faz presente em outras obras em virtude da condição específica da arquitetura, ao implicar nesta uma cadeia de eixos solidários aos quais descreve uma mesma estrutura formal (MONEO, 1984: 25).*⁵

O desenvolvimento da teoria crítica atesta que a história não é absolutamente determinada para um fim, mas acredita que é a tradição que cria a condição do significado da arquitetura. A ênfase no estudo de formas históricas, da essência e do significado da arquitetura traz grande importância à abordagem do tipo, bastante semelhante à abordagem genealógica. A idéia de tipo também pressupõe um grupo estabelecido de elementos, de alguma forma associados, ou a idéia de gênese. “O conceito de tipo se baseia fundamentalmente na possibilidade de agrupar os objetos servindo-se daquelas similitudes estruturais que lhes são inerentes, poderia dizer-se inclusive, que o tipo permite pensar em grupos” (MONEO, 1984: 15).⁶ Desse modo, o conceito de tipo se baseia no elemento típico, mais generalista, que funciona como uma base de criação que irá se caracterizar e apresentar sua identidade – aquilo que o diferencia dos demais elementos de sua gênese – a partir de seus elementos particulares adaptados à sua realidade. “O conceito de vagueza ou genericidade do tipo que, portanto, não pode influir diretamente sobre a invenção e a qualidade estética das formas, explica também a gênese, o modo de formação do tipo” (ARGAN, 2004: 66).

Segundo Argan (2004), “... o tipo é sempre deduzido da experiência da história” (ARGAN, 2004: 68). Como na genealogia, a abordagem se fixa na aplicação e interpretação de um modelo, “ressignificando-o”. A abordagem tipológica se estabelece a partir de um processo de analogia formal, ou seja, formas reconhecidas através da tradição apresentando pequenas variações particulares e contextuais pertinentes às exigências do seu tempo, seu local, enfim, de sua particularidade. “... quando um tipo se fixa na prática ou na teoria arquitetônicas, ele já existe numa determinada condição histórica da cultura, como resposta a um conjunto de exigências ideológicas, religiosas ou práticas” (ARGAN, 2004: 66). Desse modo, o estabelecimento do tipo pressupõe que existam condições sócio-culturais para tal, da mesma forma, reafirma a dissociação entre forma e função, já que permite diferenciadas leituras associadas a questões de natureza diferente da sua forma original.

O estabelecimento de um tipo arquitetônico está intimamente associado ao modo de viver: “... a estabilidade de uma sociedade – estabilidade que se reflete tanto nas atividades, como nas técnicas e nas imagens – é, em último caso, a responsável da persistência da imagem no espelho da arquitetura” (MONEO, 1984: 16).⁷ Segundo Corona Martinez (2000:112), as transformações no tipo dependem de: (1) *adaptações* – dimensões, orientações no lote, etc; (2) *variações* – mudanças no modo de vida; (3) a relação entre a variação e o ato de projetar. É, portanto, uma crítica, como também uma intervenção fundamentada na experiência, associada a uma visão holística, característica da cultura contemporânea. Este enfoque teórico, adotado com base no conceito de tipo, se faz necessário por permitir a comparação entre projetos de diferentes programas – ou funções – e momentos históricos, possibilitando identificar as transformações sofridas através do tempo e as adaptações – interpretações. A articulação das análises do mesmo tipo possibilita a identificação de suas semelhanças, assim como as diferenças que dão o caráter de cada obra e sua identificação como tal.

2. Visão de Mundo, Tipologia e Arquitetura Penal

A arquitetura consiste de algum modo em ordenar o ambiente que nos rodeia, oferecer melhores possibilidades ao assentamento humano; portanto, as relações que têm a missão de estabelecer são

⁵ Tradução livre dos autores (La obra de arquitectura no puede ser considerada como un hecho único y aislado, singular e irrepetible, una vez que sabemos cuanto está condicionada por el mundo que le rodea y por sua historia. Su vida se propaga y se hace presente en otras obras en virtud de la específica condición de la arquitectura, al implicar esta una cadena de hechos solidários a los cuales describe una misma estructura formal).

⁶ Tradução livre dos autores (El concepto de tipo se basa fundamentalmente em la posibilidad de agrupar los objetos sirviéndose de aquellas similitudes estructurales que les son inherentes, podría decirse incluso, que el tipo permite pensar em grupos).

⁷ Tradução livre dos autores: (la estabilidad de una sociedad – estabilidad que se refleja tanto en las actividades como en las técnicas y en las imágenes – es, em último término, la responsable de la persistencia de la imagen em el espejo de la arquitectura).

múltiplas, inter-atuantes entre si; referem-se ao controle do ambiente físico, à disposição de certas possibilidades de circulação, à organização das funções, de seu agrupamento ou segregação, de suas relações; responde a certos critérios econômicos, se move em, e move, certas dimensões tecnológicas, provoca modificações da paisagem, etc., mas organizar estas relações é algo completamente diferente de sua simples soma, é o significado que deriva do modo de dar-lhes forma, é colocar-se dentro da tradição da arquitetura como disciplina, com um novo gesto de comunicação, com uma nova vontade de transformação da história. (GREGOTTI 1974 apud PATETTA 1997:76)

A lei é um código social estabelecido por um grupo que convive e vem a estabelecer regras de conduta que cerceiam a ação dos indivíduos em detrimento do grupo e seus valores morais. A prisão surge, então, como um meio de punição ao não cumprimento da lei, com vistas a resguardar o direito e a segurança dos indivíduos. A história da prisão caminha junto à história das sociedades e da vida urbana. São os padrões sociais e o conviver que definem o caráter de suas regras. Se, no passado, as regras eram discutidas por pequenos grupos, o crescimento das cidades e a complexidade crescente das sociedades trouxeram a necessidade de sua organização, sendo a prisão o instrumento de correção, ainda hoje aplicado. Este trabalho pretende investigar os fatos e relações que cercam o espaço penal em sua evolução a partir do cruzamento de pesquisa bibliográfica e análises de projetos penais, evidenciando de que forma esses fatos se mostram materializados no espaço penal.

Apesar de a prisão existir desde épocas mais remotas, seu caráter era muito diferente do atual. Da antiguidade até a Idade Média as prisões tinham como função isolar e manter os indivíduos presos até o seu julgamento. As penas estabelecidas nesta época eram a pena de morte, as corporais e as infamantes⁸. As mutilações e a tortura eram utilizadas para se "arrancar" a verdade do condenado e os trabalhos forçados também eram muito comuns. Os espaços que resguardavam os presos eram porões e calabouços e não apresentavam uma tipologia própria. A partir da metade do século XVI surgem as primeiras prisões com objetivo de reabilitar o preso e são desenvolvidos diversos estudos e teorias nesse campo, no entanto, apresentam formas arquitetônicas simples com plantas retangulares, e ainda aplicam castigos corporais e o trabalho forçado.

O desenvolvimento da ciência e a posição do homem na nova visão de mundo que se estabelece derivada do humanismo e da revolução científica trazem uma idéia mecanicista do mundo. A Revolução Industrial, no final do século XVIII, traz a intensificação de uma percepção a partir da transformação nas atividades produtivas e do funcionamento da produção em massa. Pensamentos e instituições do passado são contestados e busca-se uma nova organização social e ideológica (BENÉVOLO 1998: 158). Neste contexto, a descoberta do corpo como "objeto e alvo de poder" traz a sua manipulação fortemente influenciada pela lógica militarista. O corpo passa a ser visto como uma máquina composta de engrenagens que, se bem operadas, funcionam com perfeição. E, para que um grupo de corpos funcione corretamente, é necessária a correta organização do grupo – alcançada pela disciplina. Segundo Foucault (1983:125), "... o soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa uniforme, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigem-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo".

O espaço começa assim a se codificar, recebendo divisões e subdivisões altamente organizadas. Isso acontece em todas as instituições: prisões, escolas, quartéis, hospitais, entre outros. "A disciplina, arte de dispor em fila, e da técnica para a transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui". (FOUCAULT, 1983: 133). Pensa-se no espaço do indivíduo, no conjunto de espaços dos indivíduos sob o mesmo uso, o conjunto de espaços de diversos usos e finalmente na organização hierárquica desses espaços que resultavam na arquitetura: a geometria que dá forma ao conjunto. Acredita-se que a correta distribuição dos indivíduos no espaço é essencial para se obter a disciplina – conformadora dos "bons modelos" de homens. Busca-se decompor os grupos, atuando sobre a individualidade, e ainda fixar os indivíduos em seus lugares específicos, facilitando a sua localização e vigilância. A posição do indivíduo dá a sua posição em relação ao todo, e desse modo, o classifica.

Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar um indivíduo. Evitar as distribuições por grupos; decompor as implantações coletivas... O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quanto corpos ou elementos há a repartir (FOUCAULT, 1983: 131).

A racionalização passa a fazer parte de diversas instituições e espaços de modo geral, do zoológico à prisão. Ao longo da reforma prisional do final do século XVIII, muitos arquitetos e engenheiros buscam um novo modelo para a prisão que se remeta às mudanças pelas quais passa a arquitetura e

⁸ Eram penas retributivas, onde o condenado que havia praticado o crime seria difamado em público.

suas teorias assim como, as mudanças na percepção e forma de agir trazidas pela revolução industrial e pelo humanismo. É também nesse período que se estabelecem os primeiros sistemas penais nos Estados Unidos: o sistema celular (1790), que se baseia no isolamento absoluto e o sistema auburniano (1796) que se baseia no silêncio absoluto e nas atividades profissionais (BITENCOURT, 2000). Segundo Johnston (2000: 48), as concepções retangulares simbolizam a inércia, contrariando a idéia de movimento presente neste contexto. Outros programas de arquitetura, como hospitais, bibliotecas, teatros, entre outros, já empregam referências de modelos mais antigos, utilizando formas radiocêntricas, circulares e radiais (PEVSNER, 1997), que vão se aplicando à arquitetura penal.

Os tipos *radiocêntricos* se caracterizam pelo uso de formas poligonais agrupadas a partir de uma forma central – ou ala. O acesso à unidade se faz a partir da ala central, onde se localizam: a capela, todos os equipamentos comuns e o acesso aos pavilhões de vivência. No centro de cada pavilhão, uma torre de observação. A estrutura dessa tipologia apresenta uma lógica semelhante a dos modelos pavilhonares cruciformes amplamente utilizados em hospitais e outros programas arquitetônicos – provavelmente é uma derivação do mesmo. Porém, ao adequar a tipologia para a prisão, sua forma geométrica básica é modificada para formas geométricas que apresentavam uma centralidade – em geral o hexágono e o pentágono – localizando, em seus centros, pontos de vigilância e capelas.

O primeiro projeto radiocêntrico é a Casa de Força de Ghent (Bélgica, 1772). Seu modelo é conhecido como “roda de carroça” (Fig. 01), por apresentar uma forma poligonal de octógono que contém, no seu centro, um pátio de mesma forma e suas diagonais preenchidas com alojamentos conformando oito pátios – um para cada pavilhão. Projetada pelo arquiteto Malfaison e pelo padre Kluchman, não utiliza princípios de gestão inovadores, mas é a primeira a reunir todos os princípios defendidos na época, na mesma gestão – os delinqüentes são separados por sexo, idade, grau de criminalidade e duração da pena. Usa o trabalho comum durante o dia e o isolamento noturno. Segundo Johnston (2000: 39), essa é a primeira edificação penal de larga escala a ser construída, assim como, a primeira contribuição formal da arquitetura na concepção do espaço penal. A concepção desta edificação permite a separação dos presos segundo as categorias da época, as condições de conforto desejadas, além de apresentar uma *organização funcional do espaço*.

O pavilhão central dá acesso a todos os pavilhões diretamente pelo pátio, possibilitando ampla visão da ala, a partir de sua entrada – observação segura e distanciada das celas e compartimentos – evitando pontos cegos formados por longos corredores angulosos. Os presos são classificados sob duas categorias, em relação ao tratamento penal: (1) irrecuperáveis – devido à idade ou à gravidade do crime, ou como vagabundos, que são obrigados a trabalhar na instituição; (2) recuperáveis – que podem trabalhar no comércio e têm direito a parte do salário para si próprios. Quanto ao alojamento dos presos, é separado por: sexo, idade, histórico criminal, e gravidade do delito cometido. A unidade, na verdade, se configura de várias instituições com propósitos diferentes: prisão – para criminosos e vagabundos –, asilo de mendicância e orfanato. Desse modo, as celas são organizadas fundo contra fundo, voltadas para os pátios, impedindo o contato entre presos das diferentes categorias.

O tratamento penal nesse período se caracteriza pela aplicação de uma rígida disciplina e isolamento, de modo que a vigilância e a observação do preso são a base fundamental para o tratamento penal junto à prática religiosa que deveria trazer a reflexão do preso sobre seus atos durante a solidão da pena. O isolamento não é visto como castigo ou somente um fator de segurança, pois acredita-se que o vício é contagioso, o que justifica a classificação dos presos por categorias de modo a não contaminarem uns aos outros. A localização da capela no centro da edificação evidencia a importância da religião e a idéia de que Deus está no centro de tudo olhando a todos nós, assim como a posição da torre no centro dos pavilhões dão ao preso a impressão de estarem sempre sendo vigiados.

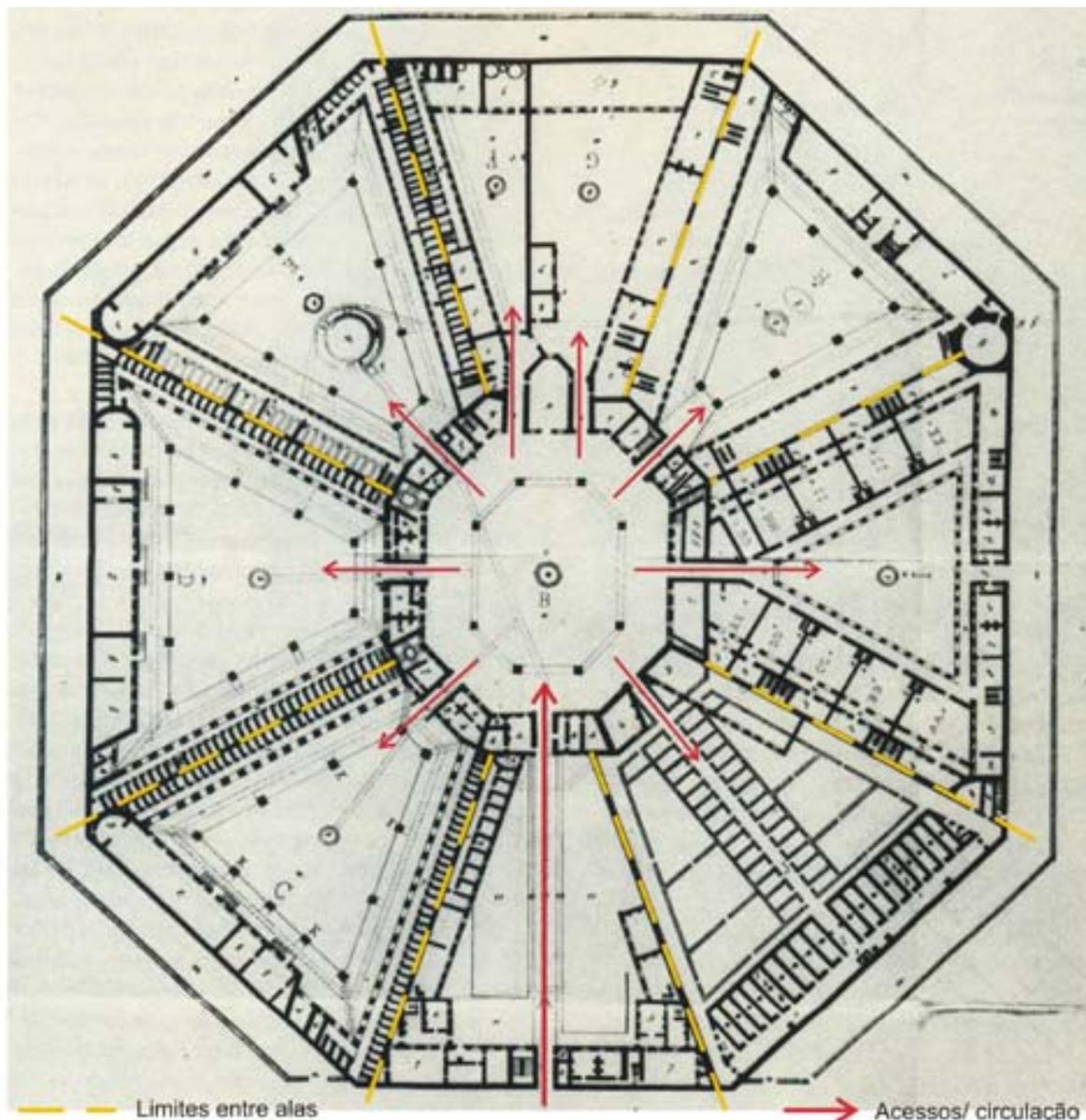


Fig. 01 – Casa de Força Ghent, 1772.

Fonte: JOHNSTON, 2000: 40

A forma *circular* é amplamente utilizada e difundida sob o fechamento de cúpulas, na Renascença. Está presente em Igrejas, universidades, teatros, entre outros (PEVSNER, 1997), utilizando a borda do círculo para as áreas de estar, de onde se direcionavam os olhares para o centro: altar, palco, tablado do professor. Os primeiros projetos de hospitais circulares já contêm a semente do modelo prisional panóptico – posterior – bastante aplicado e difundido – assim como, as prisões semicirculares que são precedentes do modelo panóptico. Utiliza o centro como ponto de observação, onde se localizam o vigia e a capela, e a periferia para abrigar as celas ou dormitórios – invertendo o princípio utilizado em outros programas: o direcionamento do olhar passa a ser feito do centro para a periferia. Ao contrário dos tipos radiocêntricos, as prisões circulares se constituem em um bloco único, sem equipamentos de apoio, todas as atividades são feitas no interior da cela. A capela passa a se localizar junto à torre de vigilância: no centro – ambos passam a ter o mesmo grau de importância.

Em 1791 Jeremy Bentham, importante arquiteto e reformador inglês, desenvolve um projeto de prisão – pensado para ser efetivamente um modelo a se repetir, como um projeto ideal – baseado nessa inversão de princípios dos modelos circulares. Seu modelo vai além de um simples projeto, mas institui um complexo e detalhado mecanismo de vigilância e observação do preso a partir de um anel de celas vigiadas por uma torre central (FOULCAULT, 1983). “Um ponto central seria ao mesmo

tempo fonte de luz que iluminasse todas as coisas, e lugar de convergência para tudo o que deve ser sabido: o olho perfeito a que nada escapa e centro em direção ao qual todos os olhares convergem” (FOUCAULT, 1983: 156). É a idéia do edifício-máquina, a máquina de disciplinar e reformar pessoas e que pode se estender para outras finalidades como a escola, o hospital, etc. – é um modelo, tem finalidade normativa (CHOAY, 1985).

Esse projeto utiliza pela primeira vez, efetivamente, a noção de observação direta do preso sem que este saiba que está sendo observado, assim como a idéia da observação distante, que mantém em segurança o guarda (JOHNSTON, 2000: 49). Tal fato, não só facilita a vigilância, como torna-a mais eficiente e reduz bastante seus custos.

Na periferia a construção de um anel; no centro uma torre, esta é vazada por janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra para o exterior, que permite que a luz atravesse a cela lado a lado. Basta então um vigia na torre central para observar todas as celas. (...) A visibilidade é uma armadilha (FOUCAULT, 1983: 177).

O projeto apresenta um complexo sistema de comunicação a partir de tubos que permitem a comunicação do vigilante com cada cela além de permitir que os visitantes possam escutá-la a fim de inspecionar possíveis abusos de poder. Os sistemas de comunicação e observação criam no prisioneiro a sensação de estar constantemente sendo observado, pois os sistemas não permitem que o preso observe o vigilante dentro da torre de observação. Um sistema de ventilação também é elaborado a partir de tubos que atravessam as celas e fazem a passagem do ar entre os pisos e paredes, proporcionando também o aquecimento e resfriamento do ar, quando necessário. Os pátios permitem a separação dos presos sob diversas categorias. Os projetos de Bentham nunca foram construídos, principalmente pela difícil execução de alguns dos sistemas por ele elaborados, porém diversos de seus princípios foram largamente aplicados em diversos países sob diversas configurações formais.

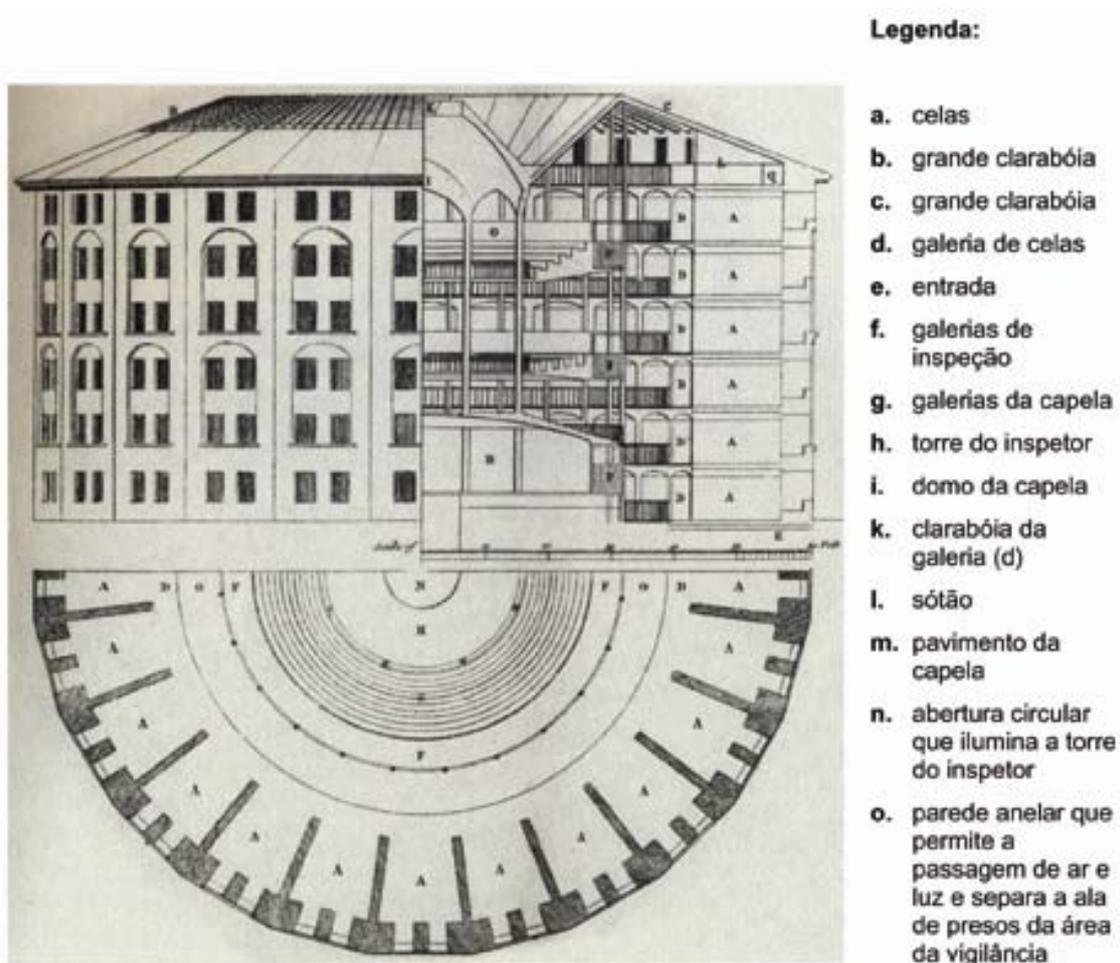


Fig. 02 – Panóptico de Bentham, 1791

Fonte: JOHNSTON, 2000: 51

O modelo panóptico de Bentham apresenta grandes dificuldades em sua aplicação, principalmente na América, por dificultar o trabalho nas unidades e por necessitar de grande aplicação do ferro fundido. Desse modo é desenvolvido outro modelo penal, denominado *radial*, que consta em um número de blocos que irradiam de um bloco central abrigando o posto de vigilância. Os primeiros modelos surgem no início do século XIX, apresentam plantas em cruz remetendo aos antigos modelos de hospitais, assim como plantas em “T”. “Como ‘radial’, quero dizer qualquer arranjo de um edifício de celas que convirja a um centro, junto ou separado” (JOHNSTON: 2000: 55)⁹. Esse modelo tem ampla aplicação, de fato, se repete pelo mundo, principalmente nos Estados Unidos, por conseguir abrigar um grande número de detentos.

São grandes unidades para os padrões da época, com capacidade para 400 e 450 presos respectivamente, utilizam pavilhões que permitem fácil ampliação, assim como sua construção por etapas – pavilhão por pavilhão – sanando a escassez de espaços penais frente ao crescente número de presos. São muito eficientes na separação dos presos chegando a utilizar espaços para banho de sol individual – no caso de Cherry Hill (Fig. 03) cubículos contíguos às celas e em outros (Penitenciária Nacional do México, Milbank), construções circulares entre os blocos. É interessante notar que, no centro dessas edificações radiais localiza-se sempre o posto de vigilância, ponto nodal do sistema aplicado. Esse modelo é considerado uma evolução do panóptico de Bentham, usando o posto de vigia central e a distribuição a partir do centro ampliando a sua capacidade com a implantação dos corredores. O uso de corredores radiais permite a sua observação da torre.

A prisão de Cherry Hill (1822), projetada por John Haviland, é o projeto que dá origem a esse modelo. Apresenta sete blocos de celas – construídos em etapas – que irradiam de um bloco central onde se localiza a vigilância (Fig. 03). A Penitenciária de Cherry Hill tem enorme capacidade, e suas galerias de cela contêm pátios individuais para o banho de sol – até então nunca utilizados (JOHNSTON, 2000: 70). Nota-se também nesse projeto – como na maioria dos projetos que seguem essa tipologia – o deslocamento da capela do ponto central da edificação – a torre de vigilância definitivamente toma a posição central no tratamento penal.

A entrada da unidade se faz por uma edificação de dois pavimentos que abriga a guarda, administração e equipamentos de apoio. As portas das celas – voltadas para o corredor – são dotadas de uma espécie de “olho-mágico” que permite que os guardas observem dentro das celas, sem serem observados, além de um “passa-prato” que permite passar os alimentos e materiais de trabalho, sem que a porta da cela precise ser aberta. As portas voltadas para os pátios individuais são de ferro possibilitando a passagem de luz e ar – a cela era ainda dotada de uma pequena clarabóia. O projeto original utilizava somente um pavimento e corredores somente para vigilância – presos acessavam as celas pelo pátio individual. Posteriormente, dois blocos receberam mais um pavimento, forçando o acesso pelos corredores e o uso de algumas celas como locais de trabalho e banho de sol.

⁹ Tradução livre dos autores (By ‘radial’ I mean any arrangement of cell buildings that converge on a center, attached or separate).

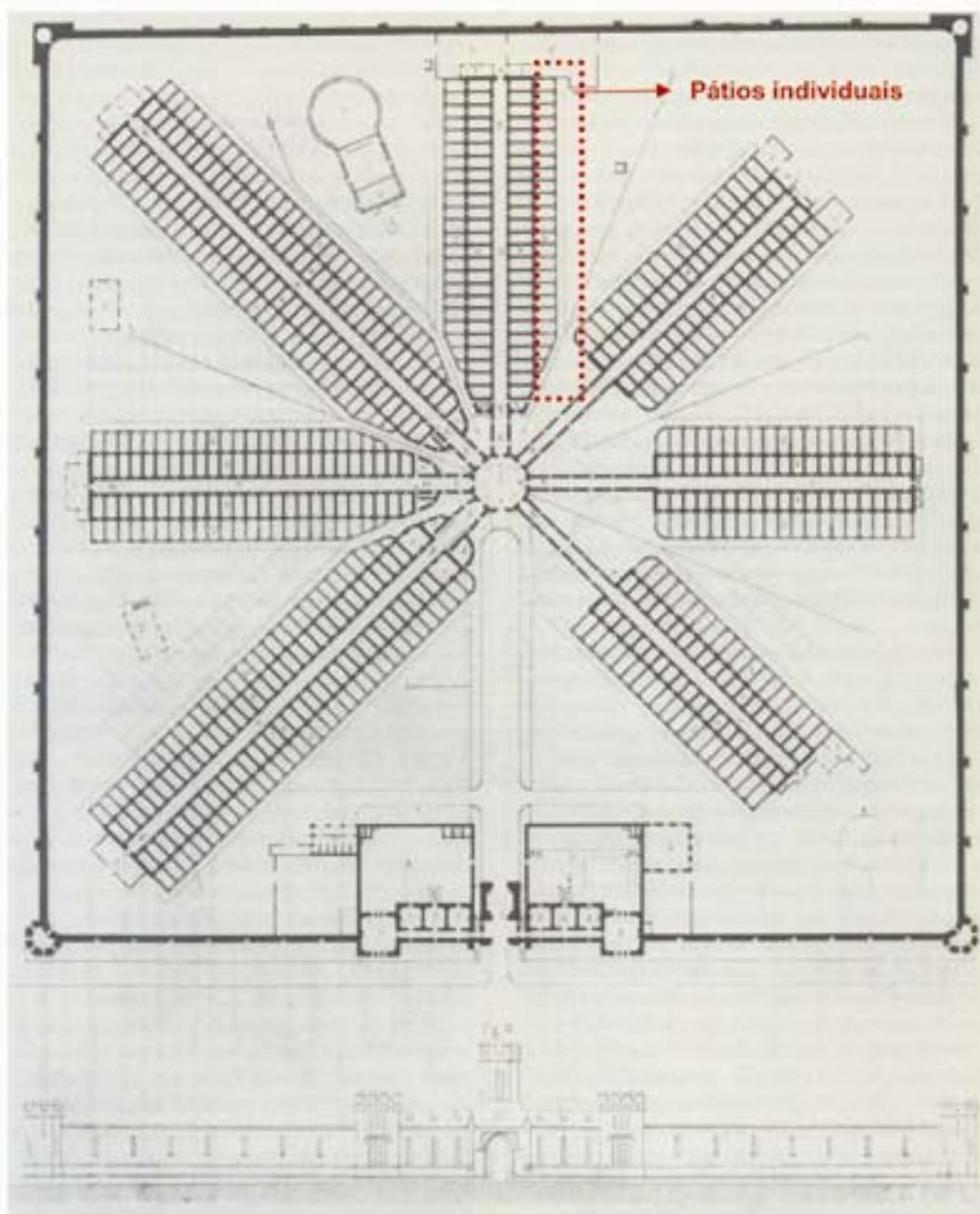


Fig. 03 – planta da penitenciária de Cherry Hill, 1822.

Fonte: JOHNSTON, 2000: 72

Nos Estados Unidos, a partir da década de 1820, o modelo aplicado na prisão de Auburn também é bastante difundido e fica conhecido como *Skylight* por não apresentar janelas nas celas, mas somente iluminação a partir de clarabóias na cobertura ou na parede oposta à galeria (JOHNSTON, 2000). Construída por William Brittim, em 1816, não apresenta inovações na organização do espaço – utiliza a forma em “U” –, mas uma nova configuração para a galeria de celas (Fig. 04). As fileiras de celas são justapostas no centro da galeria – fundo contra fundo –, apresentando somente a abertura da porta. As celas abrem para um amplo espaço no térreo e balcões, afastados da parede que criavam um grande espaço aberto do piso à cobertura. Inicialmente apresenta somente alojamentos coletivos, posteriormente são construídas algumas celas individuais. A falta de aberturas nas celas traz graves problemas de ventilação, mesmo com pequenas aberturas nas portas maciças e utilização do difundido sistema de dutos (JOHNSTON, 2000: 75). O sucesso das atividades de trabalho frente à reabilitação dos condenados traz a difusão do modelo que apresenta grande parte do seu espaço dedicado à essas atividades.

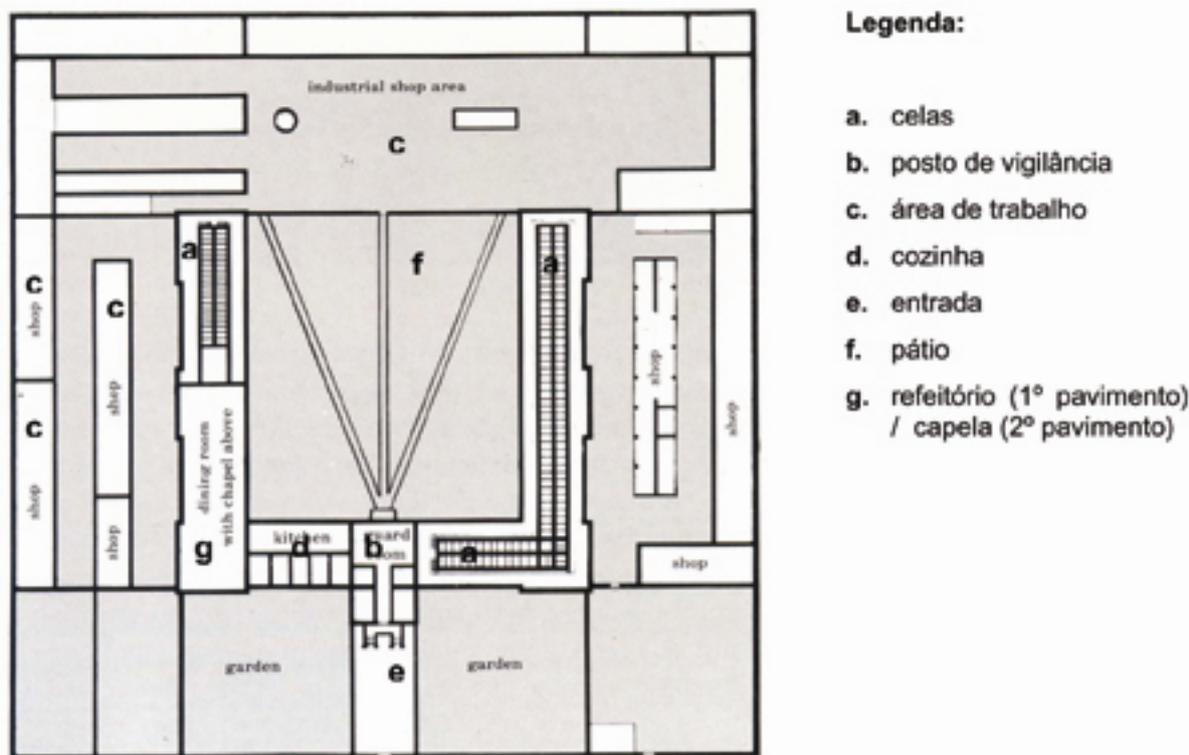


Fig. 04 – planta da prisão de Auburn

Fonte: JOHNSTON, 1973: 38

No final do século XIX, o sentimento nacionalista surge como afirmação dos princípios liberais aplicados à nação. Esta deve então ser entendida como um grupo de indivíduos dotados de liberdades “naturais” que dividem um território – o Estado – interesses e a língua (BENÉVOLO, 1998: 372). As colônias européias ganham independência e governos republicanos se estabelecem. O Estado passa a ter vital importância na vida social: o controle e a ordem, da mesma forma, seus equipamentos como: escolas, hospitais, entre outros, já que o governo é o representante da nação. O regime penal utilizado é o progressivo (estabelecido em 1840) que se fixa na evolução do preso a partir do trabalho, bom comportamento e permite estágios da pena até a sua liberdade (BITENCOURT, 2000).

O desenvolvimento das ciências sociais e psicológicas e seus métodos científicos trazem ao programa arquitetônico da prisão diversos equipamentos novos, como o centro de observação, locais para atendimento médico, psicológico e social, além de estabelecimentos prisionais de natureza diversa (FOUCAULT, 1983). Desse modo, o programa prisional cresce a partir da ampliação de sua infra-estrutura, tornando-se também mais complexo (GARLAND, 1990). A idéia de unidade coletiva pretendida pelo Estado – presente em diversas obras de habitação do período: cidades universitárias, grandes hospitais, etc. – gera a disseminação de grandes unidades prisionais que buscam dar total assistência aos indivíduos, englobando todas as fases do tratamento penal (JOHNSTON, 2000).

... todas as bem sucedidas instituições da metrópole repetem, em sua própria organização, o gigantismo sem meta do todo. Ao reagir contra as antigas condições de escassez e penúria, a economia metropolitana chegou assim ao outro extremo e concentrou-se na quantidade, sem prestar atenção à necessidade de regular o ritmo, a distribuir a quantidade ou assimilar a novidade. (MUNFORD, 1998: 573)

A partir do final da década de 1920, enormes prisões são construídas. A grandiosidade dos projetos busca abrigar as diversas fases do sistema penal em uma só edificação, evitando a transferência do preso. Estes modelos também visam a economia de gastos, utilizando alguns equipamentos comuns como o hospital, áreas de trabalho e cozinha para todas as instituições contidas em seu interior, como é o caso da Penitenciária Estadual de Michigan nos Estados Unidos (1924), do Carandiru em São Paulo (1954), da francesa Fleury-Mérogis (1968) e Youth Prison nos Estados Unidos.

O modelo arquitetônico derivado dessa nova visão do Estado em relação ao encarceramento é o de blocos paralelos: o modelo *telephone-pole plan* ou espinha de peixe — que se caracteriza por usar blocos de celas paralelos ligados por um corredor central perpendicular – a espinha dorsal da

edificação (PEVSNER, 1997). Pode apresentar um bloco central, na entrada, para abrigar a administração e blocos ao fundo, para apoio. Também tem origem no projeto hospitalar. A configuração da edificação permite melhor ventilação e iluminação dos blocos, assim como a separação entre as alas – pela eliminação da configuração de blocos em ângulos fechados (JOHNSTON, 2000). A aplicação do sistema progressivo traz a necessidade de alas diferenciadas, que possam abrigar os diferentes estágios da pena, evitando o deslocamento do preso de uma unidade para outra.

Esse modelo é difundido a partir da prisão de Fresnes na França (1898), projetada por Francisque-Henri Poussin. A unidade é composta por três blocos paralelos de cinco pavimentos – com capacidade para 506 celas individuais – que abrigam áreas de trabalho no térreo e as celas nos demais andares (Fig. 05). Na frente dos blocos encontra-se o bloco administrativo, ladeado pelo hospital e a unidade prisional onde ficam os presos que serão transferidos para outras unidades. A unidade apresenta blocos de isolamento total e alojamentos coletivos e pátios individuais para banho de sol que se localizam entre os blocos de celas. Nas áreas de uso comum o isolamento é sempre aplicado, de modo que a capela apresenta 550 cubículos com pequenas aberturas para a observação, onde os presos ficam confinados durante as missas, aulas e palestras.



Legenda: a. galeria de celas; b. pátio individual; c. entrada

Fig. 05 – prisão de Fresnes, França, 1898

Fonte: Google Earth

Aos poucos, o controle e a vigilância excessiva vão dando lugar à capacitação do preso por atividades profissionais e educativas e a observação do seu comportamento. A visão higienista vai sendo substituída pela idéia de progressão do indivíduo, a partir de suas aptidões (GARLAND, 1990: 180). Na década de 1930 surgem também as primeiras unidades americanas com as novas categorias de tratamento penal: (1) baixa segurança; (2) média segurança; (3) segurança máxima, além de uma ala especial. Essa nova categoria para o tratamento penal também se fundamenta na constatação de que menos de 75% dos presos precisam do isolamento total (JOHNSTON, 1973: 45).

A idéia de unidades totais, que abrigam todas as fases da pena – principalmente nos Estados Unidos – gera unidades de grandes proporções, com grandes extensões de corredores, facilmente ampliadas a partir dessa tipologia. Desse modo, algumas unidades passam a adotar no fim do corredor central edificações ou corredores em “V” (Fig. 06), dificultando as ampliações. “Em Terre Haute, Indiana, a Penitenciária Federal, inaugurada em 1940, também sem muros, continha um arranjo de bloco de celas em “V” no fim de cada corredor central, que efetivamente preveniam a expansão em excesso de unidades de vivência no futuro” (JOHNSTON, 1973: 46)¹⁰.

A utilização de um corredor único de acesso a todos os blocos dificulta a separação dos setores e ação de guardas em situações críticas por terem que percorrem grandes extensões de corredores.

¹⁰ Tradução livre da autoros autores (At Terre Haute, Indiana, the Federal Penitentiary opened in 1940, also without a wall, contained V-like arrangement of cellblocks at each end of central corridor, thus effectively preventing overexpansion of housing units in the future).

Desse modo passa-se a adotar “gaiolas” – subdivisões com grades – ou mesmo a utilização de corredores diferentes e menores – cada um para um setor – ligados ao corredor principal. As unidades penais vão se fragmentando, no entanto ainda compõem uma edificação única, onde os diferentes pavilhões são ainda interdependentes.

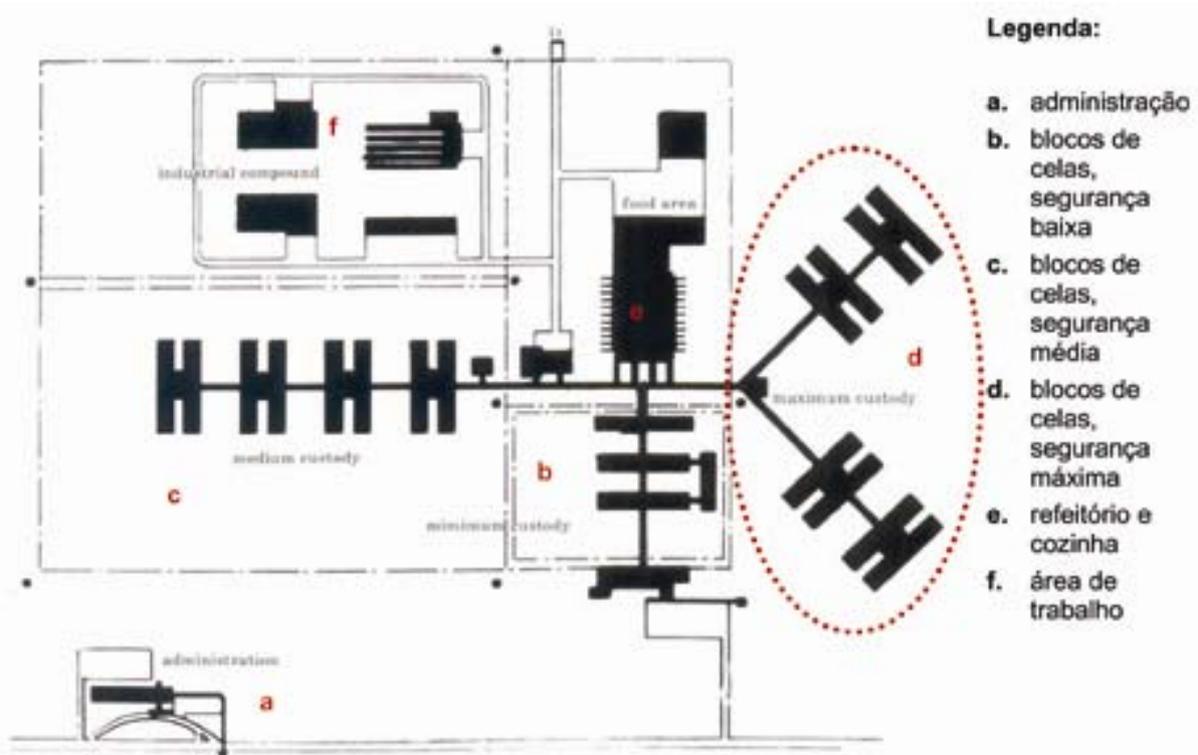


Fig. 06 – prisão na Angola, 1955

Fonte: JOHNSTON, 1973: 48

Segundo Garland (1990), nesse período de crescimento econômico, o Estado se fixa em ações sociais, buscando dar suporte à população mais necessitada. Na Inglaterra, em 1959, o *White Paper Penal Practice in a State Society*, uma espécie de relatório, estabelece que: “as presentes edificações se mantêm como uma negação monumental dos princípios com os quais nos comprometemos”¹¹ (BRODIE et al, 1999: 29). Desse modo, o *Development Group for Design of Prisons*, estabelecido desde 1958, desenvolve novos projetos para 40 novas unidades, que ficaram conhecidas como geração “*New Wave*”, que têm como objetivo gerar possibilidades de recuperação e educação para os detentos e reduzir os custos com as construções das prisões (BRODIE et al, 1999: 29).

A primeira unidade a ser construída, a partir deste novo princípio, foi a prisão de Blundeston (Fig. 07) que utiliza blocos de celas em “T” com proporções bem menores ligados aos blocos centrais de uso comum. É a primeira unidade (1963) a adotar a idéia de complexo penal, que ainda hoje é utilizada, que consta em um grupo de unidades de pequeno porte – em relação às unidades modernas – que utilizam alguns equipamentos de uso em comum. As edificações apresentam certa autonomia e utilizam o centro das unidades de vivência, como áreas de vivência comum. Cada pavimento apresenta duas galerias de celas e um alojamento comum, além de instalações sanitárias e uma área de vivência no centro, permitindo uma certa autonomia para cada um dos setores (MADGE, 1967a ou b?: 11).

¹¹ Tradução livre dos autores (the present buildings stand as a monumental denial of the principles to which we are committed).

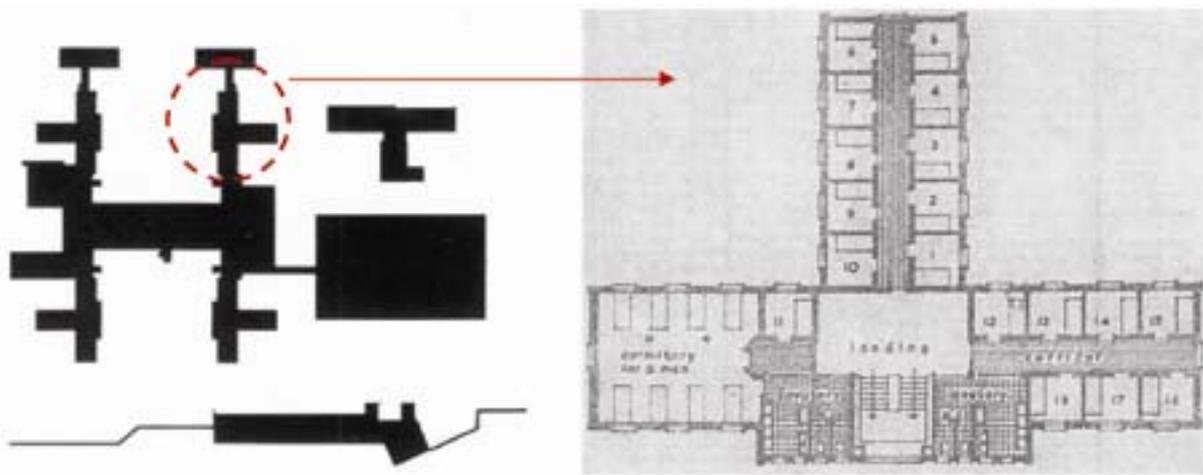


Fig. 07 – prisão de Blundeston, Inglaterra

Fonte: BRODIE et al, 1999: 30; MADGE, 1967a: 10

A principal diferença entre as edificações antigas e as mais recentes é a forte tendência à fragmentação destas últimas. Se, no período da modernidade, eram comuns enormes unidades penais, na pós-modernidade passa a prevalecer o que se chamou de complexo penal¹². Nas unidades modernas, equipamentos como a cozinha, áreas de trabalho, enfermarias, etc. costumavam ser de grande porte e atender a todo o estabelecimento. Mesmo quando adotavam partidos pavilhonares, os equipamentos eram de uso comum, eram únicos para toda a unidade. Na pós-modernidade as unidades tendem a ser menores e independentes, apresentando cada uma, os mesmos equipamentos, mas a maioria fragmentada em pequenas unidades – cada uma para um tipo de tratamento penal – além de cada uma ter acesso próprio, o que permite a autonomia de cada pavilhão.

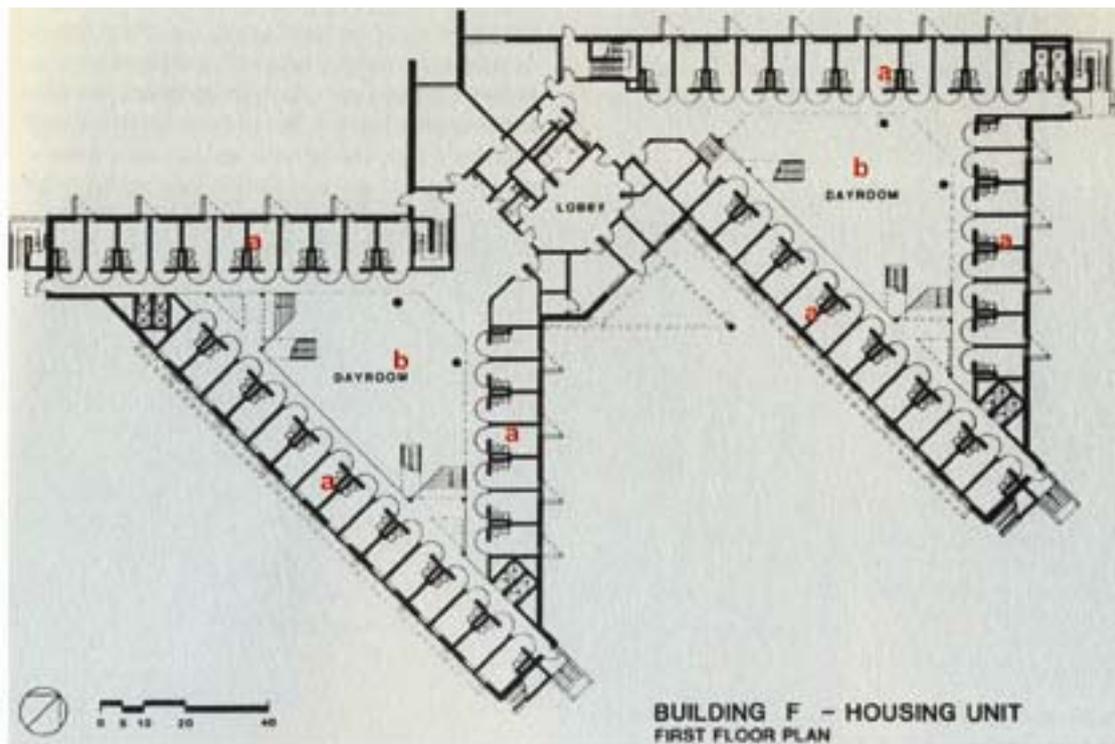
As grandes unidades já existentes são subdivididas em unidades menores, que permitem maior aproximação de funcionários e presos, melhor acompanhamento e controle do detento: “deveremos pensar em termos de um grande número de pequenas prisões e não de um pequeno número de grandes prisões” (MADGE, 1967b: 07). Essa mudança na concepção do espaço penal também facilita as divisões extra-oficiais – negros, judeus, estrangeiros, asiáticos – evitando comuns atritos entre grupos de presos que, em grandes unidades, obrigatoriamente dividem espaços comuns e enormes galerias de celas. Segundo Johnston (2000: 153), esse princípio também tem como objetivo estabelecer um espaço mais pessoal para o preso, incentivando o convívio social.

Esse conceito também se difunde nos Estados Unidos na década de 60, a partir das chamadas *unit team management*: “... uma instituição era dividida em uma série de pequenas unidades de vivência, independentes, operando de forma semi-autônoma, cada uma com sua equipe de segurança e profissional”. (JOHNSTON, 2000: 153)¹³ Esta idéia é muito aplicada e a partir da década de 70¹⁴, adota-se principalmente formas triangulares apresentando celas e/ou alojamentos na borda e a área comum no centro – que fica conhecida como *dayroom* (Fig. 08). (JOHNSTON, 2000: 153; VAZ, 2005: 89) O modelo é usado originalmente nos Estados Unidos em unidades de segurança média, que priorizam o tratamento do preso e sua ressocialização, mas posteriormente é aplicado a diversos sistemas e países.

¹² Conjunto de unidades penais independentes.

¹³ Tradução livre dos autores (an institution was divided into a series of small, self-contained inmate living units operating semiautonomously, each with its own Custodial and Professional staff)

¹⁴ Segundo Johnston (2000) a primeira unidade a ser construída segundo essa tipologia é a prisão de Chicago, em 1975.



Legenda: a. cela b. área de vivência

Fig. 08 – bloco de celas, Instituição Correcional Federal, EUA, 1985

Fonte: JOHNSTON, 2000: 155

Grande parte dos tipos de edificações penais pós-modernos – como as unidades de Bangu III e IV, as penitenciárias industriais do Paraná, o projeto modelo do DEPEN, bem como algumas unidades penais americanas e européias –, se originam das tipologias apresentadas na Figura 09, assim como nos modelos apresentados anteriormente, como veremos. “Antigas formas de prisão persistiram, mas com significativas modificações, e novas formas emergiram, especialmente nas últimas três décadas do século vinte”. (JOHNSTON, 2000: 148)¹⁵



Fig. 09 – tipologias de estabelecimentos penais

Fonte: GILL, 1967: 22

A crise energética da década de 70, o alto nível de desemprego e o corte de ações sociais associados às longas jornadas de trabalho e ao crescimento do consumo, facilitam a entrada de jovens para a criminalidade (GARLAND, 2001: 91). Diversos países já podem constatar um alto crescimento da criminalidade e violência urbana, que se dá também a partir do estabelecimento da criminalidade organizada, modificando o caráter do crime. Desse modo, as políticas penais se tornam

¹⁵ Tradução livre dos autores (Older forms of prison layouts persisted but with significant modifications, and new forms emerged, especially in the last three decades of the twenty centuries)

mais duras e surgem os modelos *supermax-security* na Inglaterra e Estados Unidos. Caracterizam-se pelo alto nível de segurança – alcançado principalmente pela implantação de aparatos de segurança de alta tecnologia – isolamento completo – muitas unidades apresentam pátios para banho de sol individual – e ausência de atividades de ressocialização.

Essas unidades não apresentam um modelo específico, apenas adéquam a edificação ao alto nível de segurança, a partir da utilização de equipamentos de segurança e monitoramento (VAZ, 2005: 84). Muitas vezes, essas unidades fazem parte de um complexo ou são alas de unidades que abrigam outros níveis de segurança, como é o caso da prisão de Minnesota (1982) e Pelican Bay (1989). Desse modo apresentam-se duas direções: o desenvolvimento das unidades com alto nível de segurança – para presos reincidentes, considerados mais perigosos – e unidades de “tratamento direto” com menores proporções para os presos considerados “reabilitáveis” (JOHNSTON, 2000: 160; GARLAND, 2001: VAZ, 2005: 88).

A fragmentação das edificações penais se mostra ainda mais acentuada a partir do final dos anos setenta. Os complexos penais se tornam cada vez maiores e mais fragmentados, ou seja, abrigam um número maior de unidades – ou unidades de vivência (Figs. 10) –, compartimentadas em pequenas edificações, em geral térreas. Essa linha se estabeleceu principalmente nos Estados Unidos, sendo hoje comum em diversos países, como por exemplo, Inglaterra, Alemanha e Cuba. “O resultado é um plano modificado de campus, uma série de conjuntos, ou pequenas unidades de vivência e outras facilidades (serviços de apoio) conectadas por corredores ou passarelas abertas” (JOHNSTON, 2000: 153) ¹⁶.

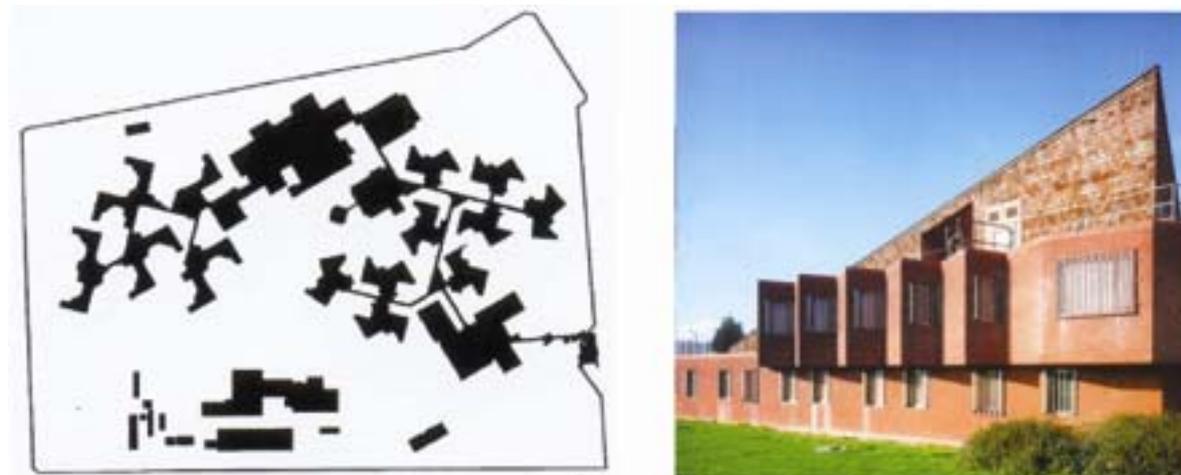


Fig. 10 – prisão de Feltham, Inglaterra, 1975
Fonte: BRODIE et al, 1999: 38

A idéia de usar blocos de vivência agrupados não é nova, a primeira instituição a utilizar esse partido foi a Comunidade Norfolk, EUA, em 1927, (MADGE, 1967a ou b?), utilizando pequenos blocos de base retangular, agrupados três a três. Esse modelo, associado à distribuição por corredores separados das variações do tipo *telephone-pole plan*, que desconstrói a unidade moderna reconstruindo-a a partir de pequenas unidades, dá origem a essa nova tipologia, que se apresenta sob diversas formas – até mesmo unidades mais compactas subdivididas, utilizando os mesmos elementos de programa com equipamentos de serviço e apoio em geral, ampliados. A fragmentação em pequenos edifícios parte, principalmente, de questões funcionais e de segurança, além de permitir o estabelecimento do complexo penal e um tratamento mais individualizado ao preso.

O projeto da Prisão do Condado de York incorpora conjuntos que separam a grande instituição em áreas menores, assim os prisioneiros podem ser segregados de acordo com o nível apropriado de segurança e confinamento. Esse conceito é agora o modelo para modernas prisões e York é reconhecido através dos EUA por sua disposição, layout físico superior. (Buchart-Horn Inc./Basco Associates – escritório responsável pela ampliação da unidade: s/d) ¹⁷

¹⁶ Tradução livre dos autores (the result is a modified campus plan, a series of pods, or small housing units, and other facilities connected by secure passageways or open walkways)

¹⁷ Tradução livre dos autores (The design of York County Prison incorporates "pods" that separate the very large institution into smaller areas so prisoners can be segregated according to the appropriate level of security and confinement. That concept is

A unidade penal moderna tinha como foco principal a disciplina e o isolamento. Essa era a sua função e, para tal, a arquitetura penal se direcionava. Na pós-modernidade, a ênfase é dada à experiência e às atividades que a edificação abriga. A disposição das edificações, mais fragmentada, permite a inserção ou ampliação desses equipamentos, a utilização de áreas de convívio, além de criar uma certa flexibilidade que favorece possíveis ampliações futuras. Do mesmo modo, reduz e delimita o ciclo de convivência dos presos facilitando a vigilância e sua contenção em situações críticas, assim como permite um relação mais próxima entre eles.

Considerações Finais

Compreendendo que os objetos têm fronteiras pouco definidas por estarem inseridos em uma complexa rede de fenômenos, não podemos ignorar suas relações com outros objetos e fenômenos, nem tampouco, tratá-los isoladamente, mas a partir de suas relações. Como já mencionado, as leis são constituídas a partir de valores morais que variam cultural, local e temporalmente. Hoje, o aprisionamento ainda é a forma de punição dominante e tem como objetivo a ressocialização do indivíduo através do sistema progressivo e o oferecimento de atividades educacionais e profissionais. O entendimento de que existem presos de diferente natureza – experiência de vida, motivação para cometer o delito, natureza do crime – traz a relativização e direcionamento do tratamento penal, apresentando diferentes tipos de instituição que também podem abrigar diferentes estágios da pena.

O trabalho permitiu a constatação de que outros campos disciplinares e a experiência prática (a partir de dificuldades e êxitos do funcionamento das unidades penais, e não de uma evolução progressiva) têm forte influência na concepção do espaço penal e sua arquitetura. Também observou-se que, em cada época estudada há uma visão de mundo, uma idéia geral que direciona o desenvolvimento do espaço penal conduzindo sua configuração formal, sua linguagem arquitetônica, hierarquização do espaço, ordenação de fluxos e setores, concepção da unidade de vivência.

Os modelos e tipologias penais muitas vezes se originam de outros programas arquitetônicos e são adaptados a partir da experiência prática do funcionamento das unidades. Nota-se claramente a dissociação entre forma e função na arquitetura penal – grande parte dos modelos utilizados foi e ainda é aplicado a diversos programas arquitetônicos. Também não há modelos direcionados ao tipo de regime penal aplicado – fechado, semi-aberto e aberto – sendo utilizado o mesmo tipo de edificação para regimes de diferente caráter. A diferenciação e a funcionalidade do edifício, quanto ao seu nível de segurança, é feito a partir de aparatos tecnológicos – câmeras de monitoramento, detectores de metais, leitores óticos – além da aplicação de materiais – piso anti-túnel, paredes que impedem a passagem do som – e do nível de isolamento.

O projeto na arquitetura penal ainda é muito condicionado à funcionalidade e à segurança. De modo geral, a releitura dos modelos penais antigos tem sido feita superficialmente, como na arquitetura como um todo. Na arquitetura penal é possível estabelecer dois principais caminhos: (1) utilização de tipologias, releituras de antigos modelos adaptados ao seu contexto; (2) tendência à fragmentação da edificação penal. Desse modo, as grandes unidades prisionais vão tomando nova forma, através de aglomerados de unidades de menor porte que apresentam uma certa autonomia, permitindo que o preso realize grande parte de suas atividades em sua pequena unidade. Os elementos que constituem essas novas unidades são os mesmos do passado, mas organizados de forma diferente. Desse modo, não há alterações nos sistemas implantados, mas uma tendência a um tratamento penal mais personalizado, numa tentativa de tornar o sistema mais eficiente.

Atualmente, as respostas arquitetônicas mais interessantes, relativas aos programas de prisão, resumem-se geralmente a um reflexo das tendências ligadas ao desenho; a contribuição principalmente atendida pelos arquitetos é de “atualizar” a “caixa-prisão”. Mas, alguma mutação dos esquemas arquitetônicos e sociais que governam os projetos de prisões, depois de mais de dois séculos, não é verdadeiramente perceptível (ROSENSTIEHN; SARTOUX, 2006: 39) ¹⁸.

now the model for modern prisons and York is recognized across the USA for it's superior physical layout) Disponível em: http://www.bh-ba.com/york_county_prison.html. Consulta realizada em : 23/10/2007

¹⁸ Tradução livre dos autores (Aujourd'hui, les réponses architecturales les plus intéressantes concernent les programmes de prison se résument Le plus souvent à un reflet des tendances liées au design ; l'apport principalement attendu des architectes est d' «actualiser» la boîte-prison. Mais aucune mutation des schémas architecturaux et sociaux qui gouvernent les plans de prisons depuis de deux siècles n'est véritablement perceptible.)

Referências Bibliográficas

- ARGAN, Giulio Carlo. **Projeto e Destino**. São Paulo: Ed. Ática, 2004.
- BAUDRILLARD, Jean. **De um Fragmento ao Outro**. São Paulo: Zouk, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BENÉVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- BITENCOURT, César Roberto. **Manual de Direito Penal (parte geral) vol. I**. São Paulo; Saraiva, 2000.
- BRODIE, Alan et al. **Behind Bars: the hidden architecture of england prisons**. London: English Heritage, 1999.
- CHOAY, Françoise. **A Regra e o Modelo**. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- COLQUHOUN, Alan. **Modernidade e Tradição Clássica – Ensaio sobre arquitetura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- CORONA MARTÍNEZ, Alfonso. **Ensaio Sobre o Projeto**. Brasília Ed. Universidade de Brasília, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- _____. **As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 1979.
- _____. **Vigiar e Punir- História de violência das Prisões**. Petrópolis; Vozes, 1983.
- FRAMPTON, Kenneth. **História Crítica da Arquitetura Moderna**. São paulo: Martins Fontes, 2003.
- GARLAND, David. **Punishment and Modern Society: a study in social theory**. . Chicago: The University of Chicago Press, 1990.
- _____. **The Culture of Control: crime and social order in contemporary society**. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.
- GILL, Howard B. Filosofia Correccional e Arquitetura. In **Revista Arquitetura**, IAB, n.º 60, jun/1967
- JOHNSTON, Norman. **Forms of Constraint: a history of prison architecture**. Illinois: University Illinois Press, 2000.
- _____. **The Human Cage: a brief history of prison architecture**. Pensilvania: The American Foudation, Incorporate Institute of Corrections, 1973.
- MADGE, John. Algumas Considerações sobre Projetos de Prisões Modernas. In **Revista Arquitetura**, IAB, n.º 60, ago/1967a.
- _____. Antecedentes das Atuais Prisões. In **Revista Arquitetura**, IAB, n.º 60, jul/1967b.
- MONEO, Rafael. **De La Tipologia**. In *Summarios* 79, julho, 1984. p. 15-25.
- MONTANER, Josep Maria. **Arquitectura y Crítica**. Barcelona: Gustavo Gilli, 2004.
- MUNFORD, Lewis. **A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- PATETTA, Luciano. **Historia de la Arquitectura – Antologia Crítica**. Madri: Celeste Ediciones, 1997
- PEVSNER, Nikolaus. **A History of Building Types**. Princenton: Princenton University Press, 1997.
- ROSENSTIEHN, Augustin; SARTOUX, Pierre. **Constrire L’Abolition**. Paris : Urbs, 2006.
- VAZ, Oscar de Vianna. **A Pedra e a Lei**. Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo.
- VIANA, Lídia Quiêto. **A Contribuição da Arquitetura na Concepção de Edificações Penais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ/PROARQ. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), 2009.

Lista de Figuras

Figura	Título	Fonte	Página
Fig. 01	Casa de Força Ghent, 1772	JOHNSTON, 2000: 40	11
Fig. 02	Panóptico de Bentham, 1791	JOHNSTON, 2000: 51	13
Fig. 03	planta da penitenciária de Cherry Hill, 1822.	JOHNSTON, 2000: 72	15
Fig. 04	planta da prisão de Auburn	JOHNSTON, 1973: 38	16
Fig. 05	prisão de Fresnes, França, 1898	Google Earth	17
Fig. 06	prisão na Angola, 1955	JOHNSTON, 1973: 48	18
Fig. 07	prisão de Blundeston, Inglaterra	BRODIE et al, 1999: 30; MADGE, 1967a: 10	19
Fig. 08	bloco de celas, Instituição Correcional Federal, EUA, 1985	JOHNSTON, 2000: 155	20
Fig. 09	tipologias de estabelecimentos penais	GILL, 1967: 22	21
Fig. 10	prisão de Feltham, Inglaterra, 1975	BRODIE et al, 1999: 38	22